**O mecanismo da dívida: grande lata!**

Um dia os comentadores descobriram que os clientes de um corretor vigarista eram seus cúmplices. Na medida em que deveriam suspeitar de rendimentos tão elevados como aqueles que ele prometia. Os mercados, diziam, precisam tanto de empresários honestos como de consumidores informados. E tanto é vigarista quem vende gato por lebre como quem compra lebre a preço de gato.

Já na altura suspeitei de poder haver alguma cumplicidade dos próprios comentadores na vigarice. Na verdade, um deles pelo menos foi apanhado a perder dinheiro forte por ter apostado num produto de alto risco mas de potencial grande rendimento. Tudo se me confirmou quando a queda generalizada do sistema financeiro revelou como os melhores entre os seus ganhadores eram, afinal, meros escroques. Escroques modelo.

Para minha surpresa, os próprios comentadores pareciam estar de acordo: “todos somos responsáveis pelo que aconteceu!” passaram a dizer perante o descalabro. Mas eles queriam dizer outra coisa que não: “a rede de vigaristas é composta por comentadores-corretores-clientes do sistema de especulação financeira”. Pretenderam insinuar – e depois convencer, com sucesso – que todos os consumidores, independentemente de terem ou não comprado produtos de alto risco financeiro, eram responsáveis pela paragem do sistema de especulação e pela dívida que, por isso, ficou a descoberto. O *roulement* de cheques, como se dizia nos anos 80, parou e ficou a saber-se que o volume de negócios era pura ficção.

O problema que devemos esclarecer é como e porquê os consumidores, sem nunca se terem comprometido com nenhum risco especulativo, se sentiram corresponsabilizados pela dívida pública e privada, do Estado e dos bancos. E a resposta é de uma simplicidade tremenda: porque são boas pessoas.

Sim: quando alguém está a passar necessidades, todos os outros membros da sociedade sofrem. Por isso as campanhas de solidariedade têm tanto sucesso, apesar das manipulações sectárias e discriminatórias de que são alvo. A natureza humana repudia a miséria alheia de dois modos: culpabilizando os que nela caem (por o terem feito sem pedir ajuda mais cedo, antes de ser já evidente a degradação); procurando remediar as situações virtualmente (fazendo sair da vista as misérias, ignorando-as) ou materialmente (oferecendo recursos que, se não fosse a miséria, satisfariam as necessidades imediatas).

Racionalmente há também duas formas de pensar a miséria: a) é uma boa oportunidade de exploração dos pobres e de construção de uma visibilidade política manipulatória; b) aprender a viver a condição de miserável para encontrar as soluções para a sua abolição.

A declaração de banca rota do sistema financeiro global foi uma oportunidade para aplicar a regra de ouro da competitividade, a saber: cada um paga em numerário os erros profissionais ou empresariais. Por isso estão no mercado. E este é organizado de modo a retribuir o risco através de lucros. Caso tivesse sido aplicada esta regra (anteriormente tão citada), a experiência de viver na miséria por parte da nata da nossa sociedade seria certamente um exercício de renascimento da própria sociedade. É o que se pensa ser a justiça justiceira.

Porém, dado o carácter bondoso (e discriminatório de classe) das pessoas, os escroques de fato e gravata foram autorizados a continuar a sua vida de ricos, mesmo quando o dinheiro tinha deixado de circular. Foi aplicada a forma de pensar a). Isto é, a ideia de que em sociedade há os que estão em cima (e devem lá permanecer, aconteça o que acontecer) e os que estão em baixo: e servem para ser esmagados sempre que os erros dos de cima reclamem sacrifícios.

Qualquer sistema prisional sabe disso: quando ocorre a prisão de alguma pessoa de classes acima das miseráveis, há que levar essas pessoas para sectores especiais, onde não se sintam ralé e onde possam ter um regime disciplinar mais suave e tolerante. Próprio da sua condição social. Em geral, os presos figuram como bodes expiatórios sacrificados para distrair as gentes da responsabilidade das classes dominantes.

Os comentadores tiveram ordens para dizer: “Os credores têm direitos sobre o que podem ou não fazer os endividados!” Como se essa fosse uma regra legislada, uma regra social conhecida nas sociedades modernas, uma moral doutrinada por algum sistema jurídico actual. Por não ser nada disso é que os comentadores tiveram de ser chamados a repetir essa treta à exaustão. Como se, quando vou comprar uma casa a prestações, estivesse a empenhar o meu corpo, como acontecia no tempo dos escravos (a escravatura era uma forma de dar garantias e de pagar com a vida as dívidas incobráveis). Na verdade, foi isso que passou a acontecer na UE, mesmo que seja manifestamente contra direito (em estados de direito formais esvaziados de sentido prático na sua aplicação).

Abandonadas aos instintos ancestrais esclavagistas, as sociedades avançadas retomam os tiques discriminatórios: mostrar subordinação a quem assuma a direcção, na esperança de minimizar a ira divina que se abateu sobre as nossas vidas. E esperar que tudo volte a ser como antes.

Deste ponto de vista, os miseráveis passam a ter culpa de existirem e de serem um padrão tão baixo de existência humana, onde ninguém quer cair. Se eles lá estão é porque não foram capazes de viver de outro modo, mesmo quando era mais fácil viver melhor. Agora que as coisas pioram, Há que escapar à condição dos miseráveis.

Se nos disserem que basta penitenciarmo-nos um pouco e manter os pobres (e os ricos) no seu lugar, para que tudo volte à mesma – ou pelo menos não piore – é fácil que a nossa boa vontade natural (a par da nossa conhecida hipocrisia ou dualidade de critérios para poderosos e frágeis) se acolha à encenação de *dictats* de superioridade: “Quem passa a mandar nas nossas vidas de devedores são os credores!”

Grande lata: quando trabalho, só no fim do mês é que recebo o ordenado. Todos os meses isso é igual. Todos os meses todos os assalariados são credores dos respectivos patrões (e alguns ainda aplicam os salários em atraso). Não consta que essa regra de “quem passa a mandar nas nossas vidas de devedores são os credores!” seja aplicada ao salariato. Só funciona quando os credores são bancos ou outras entidades com armas na mão.